

ÁREA DE RELACIONAMENTO, CIDADANIA E SUPERVISÃO DE CONDUTA**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO****PORTARIA Nº 126.235, DE 11 DE MARÇO DE 2026**

A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso da competência que lhe confere o art. 23, inciso IV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º - Fica designado o servidor DIEGO JOSE FERREIRA DE MEDEIROS, matrícula 2.419.005-5, para exercer, em caráter de interinidade, a função comissionada de Assessor Pleno, sigla FCA-4, na Divisão de Soluções Digitais em Comunicação (Comun/Digit), pelo prazo de 90 dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA DANTAS BERCOTT

Controladoria-Geral da União**SECRETARIA EXECUTIVA****PORTARIA Nº 689, DE 10 DE MARÇO DE 2026**

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II, do art. 2º da Portaria CGU nº 600, de 14 de fevereiro de 2023, o disposto no Decreto nº 11.330, de 1º de Janeiro de 2023, e alterações, e o que consta no Processo nº 00190.101993/2026-93, resolve:

DESIGNAR

CINTIA RIBEIRO PEREIRA SOARES GRILLO para exercer a Função Comissionada Executiva de Chefe, código FCE 1.07, da Divisão de Auditoria de Pessoal da Coordenação-Geral de Auditoria de Gestão de Pessoal da Diretoria de Auditoria de Governança e Gestão da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

EVELINE MARTINS BRITO

PORTARIA Nº 690, DE 10 DE MARÇO DE 2026

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II, do art. 2º da Portaria CGU nº 600, de 14 de fevereiro de 2023, o disposto no Decreto nº 11.330, de 1º de Janeiro de 2023, e alterações, e o que consta no Processo nº 00190.101993/2026-93, resolve:

DESIGNAR

ERIKA ELIANE SOARES DE MAGALHAES FARIA para exercer a Função Comissionada Executiva de Chefe, código FCE 1.07, da Divisão de Trilhas de Pessoal da Coordenação-Geral de Auditoria de Gestão de Pessoal da Diretoria de Auditoria de Governança e Gestão da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, ficando dispensada da função que atualmente ocupa.

EVELINE MARTINS BRITO

CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO**PORTARIA Nº 691, DE 6 DE MARÇO DE 2026**

O SUPERINTENDENTE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do art. 120, da Portaria Normativa CGU nº 38, de 16 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2022, e o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta no Processo nº 00209.100031/2026-71, resolve:

DISPENSAR, a pedido,

CINTIA RIBEIRO PEREIRA SOARES GRILLO da Função Comissionada Executiva de Chefe, código FCE 1.05, do Serviço do Núcleo de Ações de Controle II da Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão.

JOSÉ ANTÔNIO DE CARLOS FREITAS

Conselho Nacional do Ministério Público**PORTARIA CNMP-PRESI Nº 68, DE 9 DE MARÇO DE 2026**

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 12 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, com fundamento no art. 1º, §§ 3º e 5º, da Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 19.00.4006.0007382/2021-88, resolve:

Art. 1º Revogar os incisos I e VI do art. 2º da Portaria CNMP-PRESI nº 235, de 28 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 2 de setembro de 2025.

Art. 2º Incluir o inciso VIII ao art. 2º da Portaria CNMP-PRESI nº 235, de 28 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 2 de setembro de 2025, com a seguinte redação:

"Art. 2º....."

VIII- LUDMILLA EVELIN DE FARIA, Membro Auxiliar da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público e Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT)."(NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 69, DE 9 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 12 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo em vista o disposto no art. 1º, V, §§ 3º a 5º, da Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, e considerando o que consta do Processo SEI nº 19.00.4007.0002850/2025-11, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 6 de novembro de 2025, o prazo das atividades do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 313, de 4 de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 6 de novembro de 2024.

Art. 2º Alterar o inciso III do art.2º da Portaria CNMP-PRESI nº 313, de 4 de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 6 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º....."

III - LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, que atuará como Coordenador;

"....."(NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 72, DE 10 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XX, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 2º da Portaria CNMP-PRESI nº 272 de 10 de outubro de 2025 e tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 19.00.1000.0000775/2025-67, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 11 de março de 2026, o prazo previsto pela Portaria CNMP-PRESI nº 76 de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, edição de 11 de março de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 71, DE 10 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, XX e §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e considerando o que consta do Procedimento Administrativo nº 19.00.2029.0000679/2024-31, resolve:

Art. 1º Prorrogar até o dia 30 de junho de 2026, a contar de 20 de fevereiro de 2026, o prazo previsto pela Portaria CNMP-PRESI nº 56 de 27 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União, seção 2, edição de 20 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 73, DE 10 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XX, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 2º da Portaria CNMP-PRESI nº 272 de 10 de outubro de 2025 e tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 19.00.1000.0001698/2024-78, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 7 de março de 2026, o prazo previsto pela Portaria CNMP-PRESI nº 78 de 6 de março de 2025, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, edição de 7 de março de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Ministério Público da União**ATOS DO PROCURADOR-GERAL ELEITORAL****VICE PROCURADOR-GERAL ELEITORAL****PORTARIA PGE Nº 16, DE 10 DE MARÇO DE 2026**

O VICE-PROCURADOR-GERAL ELEITORAL, no exercício de suas atribuições legais, em especial nos termos do art. 26, inciso XIII, c/c art. 73, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 6º da Portaria PGR/PGE nº 1, de 9 de setembro de 2019 e art. 7º, inciso VII, da Portaria PGR/MPF nº 658, de 22 de agosto de 2023, e tendo em vista o contido no Ofício nº 842/2026 - GABPRE (PR-AP-00007260/2026), resolve:

Art. 1º Designar o Procurador Regional Eleitoral no Rio de Janeiro, FLÁVIO PAIXÃO DE MOURA JÚNIOR, para integrar o Grupo de Trabalho de Combate ao Crime Organizado no Âmbito Eleitoral, instituído pela Portaria PGE nº 66, de 19 de dezembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA

PORTARIA PGE Nº 17, DE 10 DE MARÇO DE 2026

O VICE-PROCURADOR-GERAL ELEITORAL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 294, de 28 de dezembro de 2023, e considerando o previsto na Portaria PGR/MPF nº 424, de 12 de junho de 2023, que regulamenta o Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2023, no âmbito do Ministério Público Federal, assim como o disposto na Portaria PGR/MPF nº 252, de 18 de abril de 2024, com redação alterada pela Portaria PGR/MPF nº 821, de 12 de dezembro de 2025, além do teor da Portaria PGE nº 66, de 19 de dezembro de 2025, resolve:

Art. 1º A Portaria PGE nº 68, de 19 de dezembro de 2025, publicada no DOU - Seção II, Página 71, de 23 de dezembro de 2025, e que designa os membros do Ministério Público Federal, integrantes do Grupo de Trabalho de Combate ao Crime Organizado no Âmbito Eleitoral, para que sua atuação no referido grupo possibilite o reconhecimento da cumulação de atividades extraordinárias caracterizadoras de acúmulo de acervo, com ou sem impacto financeiro, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º....."

VII - Procurador da República e Procurador Regional Eleitoral no Rio de Janeiro, FLÁVIO PAIXÃO DE MOURA JÚNIOR: sem impacto financeiro." (NR)

Art. 2º Dê-se ciência ao Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA

ATOS DO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**PORTARIA PGR/MPF Nº 110, DE 6 DE MARÇO DE 2026**

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, com fundamento no art. 49, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o previsto no art. 24 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, e tendo em vista o contido na Decisão AJA/PGR nº 888, de 5 de março de 2026, prolatada no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.001384/2024-16, resolve:

Art. 1º Fica designada a Procuradora da República MONIQUE CHEKER MENDES, titular do 15º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Paraná, para atuar, pelo prazo de 1 (um) ano, em conjunto com o Procurador da República HENRIQUE GENTIL OLIVEIRA, titular do 5º Ofício da Procuradoria da República no Município de Maringá/PR, na Execução de Sentença nº 5006811-57.2015.4.04.7002 e nos respectivos feitos correlatos, quais sejam os Processos nos 5084820-73.2014.4.04.7000, 5004295-43.2015.4.04.7009, 5003546-38.2015.4.04.7005, 5002780-85.2015.4.04.7004, 5001612-27.2015.4.04.7011, 5001739-56.2015.4.04.7013, 5002722-76.2015.4.04.7006, 5001971-23.2015.4.04.7028, 5001669-33.2015.4.04.7015, 5002391-82.2015.4.04.7010, 5006644-37.2015.4.04.7003, 5008280-44.2015.4.04.7001, 5002119-97.2015.4.04.7007, 5002183-80.2015.4.04.7016, 5001418-18.2015.4.04.7014, 5001568-05.2015.4.04.7012, bem como no Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições nº 1.25.000.020097/2024-28 e na Notícia de Fato nº 1.25.000.029499/2025-79.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

